

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.797 - GO (2019/0246126-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : **STEMAC S/A GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **STEMAC ENERGIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **STEMAC S.A. PARTICIPACOES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **JNB PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **JLB PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **THOMAS BENES FELSBERG E OUTRO(S) - SP019383**
 : **FABIANA BRUNO SOLANO PEREIRA - SP173617**
 : **CLARA MOREIRA AZZONI - SP221584**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITUMBIARA - GO**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 7ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS**
INTERES. : **GILBERTO SILVEIRA LOPES**

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido de liminar, sendo suscitantes STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, STEMAC ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, STEMAC S.A. PARTICIPACOES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, JNB PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e JLB PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITUMBIARA - GO e o JUÍZO DA 7ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS.

As suscitantes informam que em 17/4/2018 apresentaram ao JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITUMBIARA - GO pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 10/5/2018.

Defendem que o processamento da recuperação, em regra, acarreta a

"(i) implementação do stay period com a suspensão de todas as ações e execuções por pelo menos 180 dias; e (ii) a sujeição aos efeitos recuperacionais de todos os créditos existentes até a data do pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos (art. 49 da LFRE)" (fls. 7/8 e-STJ).

Alegam que, *"Mais do que isso, ao autorizar o processamento da recuperação, o juízo chama automaticamente para si a competência absoluta para deliberar sobre qualquer medida que afete o patrimônio das Recuperandas"*, razão pela qual o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITUMBIARA - GO *"já havia*

determinado a liberação de todos os valores que se encontrassem bloqueados em ações trabalhistas" (fl. 8 e-STJ).

Informam que a despeito de tudo isso, o Juízo trabalhista segundo suscitado entendeu por bem liberar os depósitos recursais em favor do credor trabalhista ora interessado sob o argumento de que os valores foram devidamente abatidos do cálculo e da certidão de habilitação do crédito.

Sustentam que

"A competência do Juízo da Recuperação (já fixada por este C. STJ) deve ser preservada especialmente para assegurar o tratamento isonômico de credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, sob pena, inclusive, da ocorrência de crimes falimentares. Outrossim, é importante ter em vista que o crédito em questão será novado com a aprovação do plano de recuperação judicial (inteligência do art. 59 da LFRE) ou, se malsucedido o processo de soerguimento (o que se admite apenas para argumentar), será instalado o juízo universal da falência, no qual todos os credores receberão em iguais condições" (fl. 9 e-STJ).

Nesse contexto, pugnam pela concessão de liminar para que:

"(i) seja mantida a competência do D. Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Itumbiara-GO como o único competente para decidir sobre atos de indisponibilidade, execução, constrição, expropriação e levantamento de valores que componham o patrimônio das Recuperandas, conforme jurisprudência uníssona deste C. STJ;

(ii) seja declarada nula a ordem de levantamento exarada pelo D. Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, diante da sua manifesta incompetência, mantendo-se a decisão exarada pelo D. Juízo da Recuperação Judicial;

(iii) seja determinado o imediato cancelamento de eventuais mandados de levantamento expedidos em favor do credor trabalhista nos autos da Reclamação Trabalhista;

(iv) seja determinada a imediata expedição de ofício ao Banco custodiante dos valores depositados determinando que não sejam cumpridos quaisquer mandados de levantamento que já tenham sido eventualmente expedidos; e

(v) seja intimado o Juízo Trabalhista a transferir todos os valores depositados e/ou bloqueados na Reclamação Trabalhista, a qualquer título, ao processo de recuperação judicial para que o Juízo competente determine a destinação desses valores" (fls. 12/13 e-STJ).

Requerem, ao final, a confirmação da liminar.

O pedido de liminar foi parcialmente deferido (fls. 191/194 e-STJ).

O Juízo recuperacional prestou as informações solicitadas (fls. 198/204 e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal, em seu parecer (fls. 208/212 e-STJ), opinou pela declaração de competência do JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITUMBIARA - GO.

É o relatório.

DECIDO.

O conflito encontra-se configurado e deve ser dirimido.

Verifica-se que o tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.

O Superior Tribunal de Justiça também já decidiu que, no caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito, sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.

Nesse sentido, traz-se à colação os seguintes julgados:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. A regra é a de que a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor (Lei nº 11.101/2005, art. 6º, caput). Excepcionalmente, prosseguem: a) no juízo no qual se estiver processando a ação (e não no juízo da recuperação ou no juízo falimentar) a ação que demandar quantia ilíquida (art. 6º, § 1º); b) no juízo trabalhista, a ação trabalhista até a apuração do respectivo crédito (art. 6º, § 2º); c) as execuções de natureza fiscal (art. 6º, § 7º). Nenhuma outra ação prosseguirá depois da decretação da falência ou do deferimento do processamento da recuperação judicial, vedado ao juiz, naquelas que prosseguem, a prática de atos que comprometam o patrimônio do devedor ou que excluam parte dele do processo de falência ou de recuperação judicial."

(EDcl no AgRg no CC nº 61.272/RJ, relator Ministro ARI PARGENDLER, DJ de 19/4/2007 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROSSEGUIMENTO DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS APÓS A FASE DE ACERTAMENTO E LIQUIDAÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RETOMADA AUTOMÁTICA DAS EXECUÇÕES APÓS O FIM DO PRAZO DE 180 DIAS. NÃO CABIMENTO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, ultrapassada a fase de accertamento e liquidação dos créditos trabalhistas, cuja competência é da Justiça do Trabalho, os valores

apurados deverão ser habilitados nos autos da falência ou da recuperação judicial para posterior pagamento (Decreto-Lei 7.661/45; Lei 11.101/2005).

2. O entendimento desta Corte preconiza que, via de regra, deferido o processamento ou, posteriormente, aprovado o plano de recuperação judicial, é incabível a retomada automática das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no CC 130.138/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/10/2013, DJe de 21/11/2013)

"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.

2. É que são dois valores a serem ponderados, a manutenção ou tentativa de soerguimento da empresa em recuperação, com todas as conseqüências sociais e econômicas daí decorrentes - como, por exemplo, a preservação de empregos, o giro comercial da recuperanda e o tratamento igual aos credores da mesma classe, na busca da 'melhor solução para todos' -, e, de outro lado, o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos perante a justiça laboral.

3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal."

(CC nº 112.799/DF, relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 22/3/2011 - grifou-se)

"COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LEI N. 11.101/2006, ART. 6º, § 4º. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. PRAZO DE 180 DIAS. HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO. PROVA DO RETARDAMENTO. AUSÊNCIA. FLEXIBILIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO.

I. O deferimento da recuperação judicial carrega ao Juízo que a defere a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar.

II. A extrapolação do prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005 não causa o automático prosseguimento das ações e das execuções contra a empresa recuperanda, senão quando comprovado que sua desídia causou o retardamento da homologação do plano de

recuperação.

III. Agravo regimental improvido."

(AgRg no CC nº 113.001/DF, relator Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 21/3/2011 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. Com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização da empresa recuperanda.

3. A Segunda Seção do STJ tem entendimento jurisprudencial firmado no sentido de que, no estágio de recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05.

4. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no CC nº 110.287/SP, relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 29/3/2010 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DA VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS. EMPRESA SUSCITANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA TODOS OS ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. PRECEDENTES.

1. Há manifesta incompatibilidade entre o cumprimento do plano de recuperação judicial previamente aprovado e homologado e o prosseguimento das execuções individuais ajuizadas em face da empresa em recuperação.

2. A Lei 11.101/05, além de buscar a preservação da empresa em recuperação e a manutenção de suas atividades, reconheceu em seus arts. 54 e seguintes o privilégio dos créditos trabalhistas sobre os demais.

3. Aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperações judiciais a competência para quaisquer atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa suscitante.

4. Agravo regimental provido."

(AgRg no CC nº 111.079/DF, relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, julgado em 13/4/2011, DJe 28/4/2011 - grifou-se)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR - EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R. JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.

1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.

2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do Trabalho.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar."
(CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 12/5/2010 - grifou-se)

Tal compreensão se coaduna com o Provimento CGJT nº 001/2012 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho - TST, de 3/5/2012, que *"dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos MMs. Juízes do Trabalho relativamente a credores trabalhistas de Empresa Falida ou em Recuperação Judicial e dá outras providências"*, ao considerar que, *"aprovado e homologado o Plano de Recuperação Judicial, é do Juízo de Falência e Recuperações Judiciais a competência para a prática de quaisquer atos de execução referentes a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa Recuperanda, de acordo com a jurisprudência consolidada do STJ e no STF"* (DEJT, de 7/5/2012 - grifou-se).

Deverá, portanto, passar pelo crivo do juízo recuperacional a prática de qualquer ato de execução voltado contra o patrimônio da empresa recuperanda. Ao mesmo juízo deverão ser encaminhados os valores depositados nos autos da reclamação trabalhista nº 0020584-46.2014.5.04.0007, que se encontra tramitando no JUÍZO DA 7ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITUMBIARA - GO.

Intime-se. Publique-se. Comuniquem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator